Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR — 04/09/2026

Ao quarto dia do mês de setembro do ano de 2026, às 09h00 horas, em formato híbrido, presencialmente na Sala de Situação - Rua Frederico Maurer, 617 – CEP 81630-020 - Boqueirão – Curitiba/PR e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPED/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR). **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais;** Camila Schiavon Tigrinho (TJPR). **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Walter Tierling Neto (Grupo Dignidade); Maria José El Saad (UBM); Josiane Medeiros (Conselho da Comunidade da Comarca de Curitiba e RMC – Órgão de Execução Penal). **Entidades Titulares Interior:** Alisson Fernando Moreira Poças (Centro de Direitos Humanos de Londrina); Vice-Presidente Bruna Ravena (Casa de Malhu); Bruna Marcelly Coutinho (Grupo União Pela Vida – Umuarama); Thaís Boamorte (Associação Flor de Lis LGBT). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Wanderli Machado (CRESS); Caroline Felisbino da Silva (Fonatrans); Marcelli Victorio Godoi (Associação Nubia Rafaela ALGBTI+). **Convidados/Colaboradores:** Aline Oliveira Ferreira Romanel (Coordenadora – SEJU/UTSC); Silvia Cristina de Oliveira (Assistente Administrativo-SEJU/UTSC), Jesus Alberton Leon (Assistente Administrativo-SEJU/UTSC). **Justificativa de Ausência:** Camila de Fátima Pedroso de Matos (RMN). **1. Abertura:** **2. Aprovação da Ata:** Ata aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da pauta:** Pauta aprovada com inclusão de 4 itens discutidos pelo GT. Apos a chamada de presença deu-se inicio a reunião, a vice presidente Bruna Ravena (Casa de Malhu) cumprimentou o todos(as), informando sobre um novo modelo de apresentação de pauta solicitado pela Secretaria da Justiça e Cidadania, para que se padronize com os demais conselhos. Conselheira **Bruna Ravena (Casa de Malhu)** ressaltou a importância da realização de formações destinadas aos gestores e prestadores de serviço dos conselhos, com o objetivo de possibilitar que servidores e terceirizados estejam

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

aptos a participar das atividades e, quando necessário, representar o secretário-executivo em sua ausência. Informou que a pauta foi organizada no âmbito dos **Informes Gerais**, contemplando os informes da Secretaria-Executiva, convites e correspondências, bem como os informes dos conselheiros. Solicitou que os conselheiros apresentem seus informes de forma objetiva, estabelecendo-se o prazo de **dois minutos** para a exposição de cada pauta. Informou, ainda, que foram incluídos os relatos das comissões e das atividades desenvolvidas pelos conselheiros nos demais conselhos, devendo ser mencionadas, de forma sucinta, as reuniões realizadas e os respectivos assunto tratados. Por fim, destacou a necessidade de que os conselheiros apresentem previamente os relatos das reuniões das quais participarem, a fim de garantir o registro e o histórico das atividades realizadas nos respectivos conselhos. Conselheira **Bruna Ravena (Casa de Malhu)** deu prosseguimento à reunião, apresentando o próximo ponto de pauta e registrando a necessidade de correção na ordem dos **Relatos dos GTs**, que deveriam ser deslocados para outro momento da pauta. Na sequência, considerando que todos os participantes haviam recebido previamente as atas, solicitou a manifestação dos conselheiros quanto à sua aprovação, orientando que utilizassem o recurso de levantar a mão, a fim de facilitar a confirmação e o acompanhamento da participação de todos. Em regime de votação, solicitou que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada. **4. Informes Gerais Secretaria executiva -Setembro 2026: Silvia Cristina de Oliveira (Assistente Administrativo – SEJU/UTSC)** informou aos presentes os principais expedientes e comunicações recebidos no período. Inicialmente, registrou o recebimento de expediente da **Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI**, datado de 10 de agosto de 2026, referente à adesão do Estado do Paraná ao Pacto. Informou que a adesão foi devidamente formalizada pelo Governador do Estado, após as providências administrativas necessárias junto ao Ministério das Mulheres. Destacou, ainda, as políticas públicas e ações

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

desenvolvidas pelo Estado para a prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres, incluindo o fortalecimento da rede de proteção, a ampliação dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), a criação e expansão dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), a implementação da Casa da Mulher Paranaense, o Programa Recomeço e ações de monitoramento eletrônico para proteção de mulheres em situação de alto risco. Ao final, a SEMIPI reafirmou o compromisso do Estado com o fortalecimento da rede de proteção às mulheres, a articulação interfederativa e a construção de políticas públicas de prevenção e enfrentamento às violências de gênero. Na sequência, informou o recebimento de convite do Observatório Institucional de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR para participação no seminário **“**Feminicídio e Perspectiva de Gênero: a incorporação dos parâmetros interamericanos no Judiciário”, realizado em 14 de agosto de 2026, em formato virtual, integrando a programação do Agosto Lilás. O evento teve como objetivo promover o debate sobre feminicídio e violência de gênero a partir dos parâmetros desenvolvidos pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, contando com quatro painéis temáticos sobre feminicídio, jurisprudência interamericana, controle de convencionalidade e incorporação da jurisprudência interamericana no TJPR. Informou, ainda, o recebimento, em 12 de agosto de 2026, de comunicação encaminhada pela **Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH**, divulgando e recomendando a participação nos diálogos regionais sobre o **El Niño 2026/2027**. A iniciativa, promovida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em articulação com o Conselho de Participação Social, prevê encontros virtuais organizados por região durante o mês de agosto de 2026. Em 13 de agosto de 2026, registrou o recebimento de e-mail encaminhado pelo **Conselho Municipal de Educação de Araucária**, para conhecimento, contendo nota pública em manifestação à **Lei Municipal nº 4.770, de 28 de junho de 2026**, que dispõe sobre a disponibilização da Bíblia Sagrada nas bibliotecas municipais e unidades de ensino, bem como sobre manifestações religiosas por

alunos durante os intervalos entre as aulas. Na mesma data, informou o recebimento da Carta-Convite/Ofício nº 633/2026 – CSC, encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR), para participação no evento “ECA Digital e a Proteção Integral”, promovido pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Direito Digital e Proteção de Dados, de Inteligência Artificial e de Direito das Famílias. O evento ocorreu nos dias 24 e 25 de agosto de 2026, presencialmente, na Sala Democracia da OAB Paraná, em Curitiba, reunindo profissionais e especialistas para debates sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cidadania digital, prevenção de violações e proteção integral na era digital. Por fim, Silvia Cristina de Oliveira (Assistente Administrativo -SEJU/UTSC) relatou a situação do Processo nº 24.213.159-2, referente à solicitação de reunião interinstitucional com a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, relacionada aos acontecimentos ocorridos no município de Londrina. Informou que o COPED havia encaminhado, em 25 de junho de 2025, o Ofício nº 445/2025, solicitando reunião com a Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de tratar de questões relacionadas à segurança pública e às garantias fundamentais no município. Registrou que, em articulação conjunta com a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) e OAB Paraná, o Gabinete do Secretário da SEJU realizou, em 14 de maio de 2026, despacho restituindo o processo à Unidade Técnica de Suporte de Colegiados (UTSC). O Gabinete solicitou a verificação quanto à permanência do interesse na realização da reunião. Caso o interesse seja mantido, o Conselho deverá apresentar justificativa e contextualização atualizadas sobre a necessidade do encontro, acompanhadas de informações complementares que possam subsidiar a atuação da Secretaria. Conselheira Bruna Marcelli (COPED): Relatou que o dia em agosto foi destinado ao Seminário de Educação Popular em Saúde Pública Preventiva. Informou que o assunto foi tratado e informado em reunião por meio de ofício, porém não foi colocado no grupo para solicitar quem iria representar o COPED. Registrou ainda que fez parte do palco. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Solicitou

que os conselheiros se atentem aos convites realizados pelas instituições para participação e representação do Conselho. Ressaltou a importância da presença do Conselho nas atividades propostas pelas instituições, considerando que o Conselho é composto por diferentes entidades. Destacou ainda o trabalho desenvolvido pela conselheira Bruna na mobilização de mulheres e na abordagem de pautas como tuberculose, HIV e violência contra a mulher, reforçando a importância dessas questões para a saúde e o acesso aos serviços. Por fim, pediu, em nome do Conselho e da Mesa, que os demais conselheiros se atentem aos convites, para que a Secretaria Executiva possa dar os devidos encaminhamentos. Conselheira Santina (CODH): Informou que está sendo organizado o **3º Festival de Direitos Humanos**, previsto para ocorrer em dezembro. Relatou que está sendo estudada a elaboração de um edital para convidar os **399 municípios** a apresentarem ações desenvolvidas em prol dos direitos humanos. Informou ainda que está sendo considerada a participação de **duas pessoas do COPED na comissão avaliadora dos projetos**. Ressaltou que o edital ainda está em fase de elaboração, mas que o objetivo é divulgar previamente a realização do festival e incentivar a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos municípios. Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): Informou que, no dia 10, haverá uma manifestação das entidades e organizações de vítimas da letalidade policial. Relatou que as famílias das vítimas enfrentam dificuldades na apuração dos fatos, especialmente em razão da demora na emissão de laudos pela Polícia Científica, citando caso de vítima fatal ocorrido há três anos que ainda aguarda o laudo. Informou que a manifestação ocorrerá no Batel, próximo aos órgãos federais, a partir das 16h, e que o COPED está convidado a participar. Conselheiro Aurélio Munhoz (AMP): Manifestou-se favoravelmente à divulgação do edital, destacando a importância de que esteja pronto para ser divulgado aos **399 municípios do Paraná**. Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): Informou aos conselheiros sobre a realização do **Grito dos Excluídos**, que ocorre tradicionalmente no dia 7 de setembro. Comunicou que, em Curitiba, a atividade será realizada na Catedral, às 15h, tendo como tema **“Na defesa da terra, da paz e**

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

da moradia. Reguemos a voz, mulheres vivas e soberania.” Ressaltou que a atividade também constitui uma importante pauta relacionada aos **direitos humanos**. Coordenadora Aline Oliveira Romanel (SEJU): Informou que está sendo lançado, no site da SEJU, o edital do **Confecon**, destinado à participação das organizações da sociedade civil. Relatou que o edital contemplará **10 projetos**, com premiação de até **R$ 150 mil por projeto**. Solicitou a divulgação do edital, destacando sua relevância para as organizações da sociedade civil na área de **defesa dos direitos do consumidor**. Informou, por fim, que a publicação no site da SEJU deverá ocorrer ainda no período da tarde. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Solicitou informações sobre a participação dos conselheiros nos Grupos de Trabalho (GTs) que representam o COPED externamente, mencionando, entre outros, o **PROVITA, PPCAAM e CEDH**, e questionando quais conselheiros participaram dessas atividades. Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): Informou que a reunião teve início, porém não teve continuidade em razão da ausência de quórum. Conselheira Camila de Fatima Pedroso de Matos (Rede de Mulheres Negras- RMN): Informou que, na data da reunião, estava em afastamento e, portanto, não participou. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu)**:** Informou que foi assinada uma carta de recomendação ao Governo do Estado do Paraná, referente a algumas pautas que serão encaminhadas, devendo o documento ser enviado ao Governo para ciência. Relatou ainda que há uma proposta da SEJU para que o CEDH passe a funcionar como uma comissão dentro do COPED. Na sequência, solicitou informações sobre o tempo de duração da apresentação da SEJU. Jesus Leblon (Assistente Administrativo – SEJU/UTSC): Informou que, a pedido da Coordenadora Aline, foi preparada uma apresentação para apresentar ao plenário do COPED o andamento do CEDH. Relatou que o Comitê tem perdido força nas pautas relacionadas à educação e direitos humanos, destacando a baixa participação dos conselheiros na reescrita do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de 2015. Informou que existem dois Grupos de Trabalho (GTs), sendo um de revisão e reescrita e outro de monitoramento, este último sem coordenação e relatoria desde o ano anterior, encontrando-se paralisado. Ressaltou

que o GT responsável pela reescrita também avançou pouco, tendo revisado apenas um eixo desde o ano passado. Destacou ainda as dificuldades relacionadas ao quórum, que têm comprometido a realização e a duração das reuniões. Diante desse cenário, informou que a SEJU analisou a possibilidade de integração do CEDH como uma comissão permanente do COPED, voltada à educação e aos direitos humanos. Explicou que, caso aprovada pelo plenário do COPED, os atuais integrantes do CEDH passariam a atuar como colaboradores externos do Conselho, considerando que não poderiam ocupar a condição de conselheiros. Coordenadora Aline Oliveira Romanel (SEJU/UTSC): Apresentou a proposta de integração do CEDH ao COPED, considerando a falta de efetividade e participação do Comitê e a relevância das pautas relacionadas à educação em direitos humanos. Informou que a proposta consiste na dissolução do atual Comitê, após discussão e deliberação junto aos seus integrantes, para que suas atribuições sejam incorporadas por uma comissão permanente do COPED, possibilitando maior efetividade no desenvolvimento das pautas de educação em direitos humanos. Bruna Ravena (Casa de Malhu): Questionou o impacto da transformação de um comitê já constituído em grupo de trabalho e solicitou esclarecimentos sobre as ações da Secretaria de Justiça, em articulação com o Governo do Estado e o Legislativo, para alteração da legislação do COPED. Destacou ainda que a legislação e o regimento interno não preveem a participação de colaboradores externos nas comissões, sendo necessárias adequações normativas para viabilizar a proposta. Ressaltou a necessidade de análise quanto à forma de incorporação do CEDH ao COPED, considerando seu atual processo de participação externa e a necessidade de divulgação das comissões em Diário Oficial. Por fim, defendeu a realização de um estudo de impacto pela Secretaria, a fim de avaliar a viabilidade da proposta, evitar a paralisação dos trabalhos e garantir a participação efetiva da sociedade civil. Coordenadora Aline Oliveira Romanel (SEJU/UTSC): Esclareceu que a proposta foi apresentada inicialmente para verificar o interesse do COPED na integração do CEDH. Informou que, havendo interesse do Conselho, a SEJU realizará o diálogo e as tratativas necessárias junto à pasta responsável para viabilizar a proposta.

Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): Manifestou concordância com a fala da conselheira Bruna, destacando a necessidade de aprofundar a discussão e obter mais informações sobre a proposta. Ressaltou que considera a atuação do COPED na área de interesse do Conselho, porém entende ser necessário esclarecer qual será a relação entre o COPED e o CEDH. Por fim, defendeu uma avaliação mais detalhada do processo antes de qualquer decisão. Conselheiro Joaquim Pacheco de Lima (Centro de Direitos Humanos de Londrina): Manifestou-se favoravelmente à participação do COPED nas pautas de educação e direitos humanos, destacando sua relevância para a efetivação dos direitos. Ressaltou a importância de uma participação incisiva do Conselho no CEDH, considerando as experiências e práticas já desenvolvidas na área, especialmente no âmbito da educação básica e universitária. Contudo, concordou com a necessidade de avaliar a proposta de forma mais aprofundada, considerando a atual demanda do Conselho, a renovação de seus integrantes e as dificuldades enfrentadas por algumas comissões. Por fim, afirmou ser pertinente a participação do COPED, mas ressaltou a necessidade de definir a forma e as condições para sua atuação. Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): Questionou a origem e a finalidade do CEDH e do COPED, refletindo sobre a possível sobreposição de suas atribuições. Destacou a necessidade de avaliar a dissolução do Comitê sem que haja, previamente, previsão legal e regimental para sua incorporação ao COPED. Sugeriu, como alternativa, a participação de um representante do COPED no CEDH, enquanto são realizadas as alterações necessárias na legislação e no regimento interno, possibilitando posteriormente a integração do Comitê como comissão do Conselho. Ressaltou ainda a necessidade de avaliar a capacidade atual do COPED para absorver novas demandas e propôs verificar a possibilidade de apoiar o CEDH na retomada de seus projetos e atividades. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Destacou a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a proposta de integração do CEDH ao COPED, reconhecendo o interesse da Secretaria em evitar a paralisação do Comitê. Ressaltou que a legislação atual é antiga e não contempla a alteração proposta,

sendo necessárias adequações legais e regimentais. Sugeriu que o COPED, mesmo diante de suas dificuldades, possa apoiar o CEDH no acompanhamento e monitoramento de suas atividades. Informou que, neste momento, o Conselho não possui elementos suficientes para emitir parecer, sendo necessários estudos de impacto sobre a estrutura e composição do Conselho, bem como sobre a ampliação da participação da sociedade civil. Destacou ainda a necessidade de considerar as demandas já existentes, especialmente a elaboração do Plano de Direitos Humanos e sua inclusão na LDO, no PPA e na LOA, ressaltando que o Conselho já se encontra atrasado em diversas ações. Conselheira Roselene Sonda (MP/PR): Questionou quem são os representantes que atualmente participam do Comitê de Educação e Direitos Humanos, mencionando o acompanhamento anteriormente realizado pelo Ministério Público, por meio de Regina Bley. Manifestou preocupação com o possível esvaziamento do Comitê e ressaltou a importância da temática para o COPED. Defendeu a participação do COPED no Comitê e concordou com a necessidade de realização de estudos e análises mais aprofundados sobre as atividades desenvolvidas, bem como sobre os planos e projetos existentes, antes de qualquer decisão. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Esclareceu que o Conselho não é contrário à proposta, porém a atual legislação e o Regimento Interno não comportam sua implementação. Ressaltou a existência de divergências anteriores quanto à participação de membros externos em grupos de trabalho e comissões, destacando a necessidade de alinhamento entre a Secretaria e o Conselho para que a proposta possa ser viabilizada adequadamente. Coordenadora Aline Oliveira Romanel (SEJU/UTS)**:** Informou que, diferentemente do Comitê LGBTI, que possui atuação ativa, o CEDH não vem apresentando a mesma efetividade, conforme já apontado em relatório apresentado ao Comitê. Relatou que atualmente a Escola de Direitos Humanos (ESEDH) é a principal responsável pelas atividades, contando com a participação de apenas um representante da sociedade civil na elaboração do Plano, tendo sido desenvolvido apenas um eixo em aproximadamente um ano. Ressaltou que o COPED possui assento no CEDH, porém as dificuldades de quórum têm impedido a realização das reuniões e,

consequentemente, a efetiva participação do Conselho. Reafirmou a importância da temática de educação e direitos humanos e informou que levará à Secretaria as questões apresentadas pelos conselheiros, para posterior discussão e retorno na próxima reunião. Sugeriu ainda a participação da presidência em reunião com a pasta, conforme disponibilidade, para contribuir com os esclarecimentos e dar continuidade à discussão. Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): Manifestou-se favoravelmente à proposta de integração do Comitê Estadual de Educação e Direitos Humanos ao COPED, destacando que seu objetivo é evitar a paralisação das atividades e fortalecer uma temática de grande relevância. Ressaltou a importância da educação como base para a efetivação dos direitos humanos e defendeu que o COPED assuma a pauta, observando, contudo, a necessidade de verificar a viabilidade legal e a disponibilidade de recursos humanos para sua implementação. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Propôs o avanço do diálogo sobre a questão do CEDH, esclarecendo que o Conselho não é contrário à proposta e sugerindo a realização de uma força-tarefa com alguns conselheiros para participar das reuniões e contribuir para o desenvolvimento das atividades, inclusive mediante reunião ampliada com os atuais membros do Comitê. Informou que a próxima pauta será a eleição da Mesa Diretora do Conselho, que não pôde ser realizada anteriormente em razão da falta de quórum, e destacou que, após as eleições, pretende-se avançar na tramitação da alteração da lei do Conselho. Ressaltou ainda a necessidade de participação dos conselheiros na elaboração do Plano Estadual de Direitos Humanos, cobrando da Secretaria definições sobre sua execução e implementação, bem como a revisão da estrutura da comissão responsável, em razão da saída de seu coordenador. Por fim, colocou em discussão a composição de uma nova Mesa Diretora ou a recondução da atual, visando também à possibilidade de maior rotatividade na participação dos conselheiros. Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): Questionou se existe acordo de rotatividade na vice-presidência entre representantes da capital e do interior, bem como qual o prazo para realização da eleição. Ressaltou que o atual momento, marcado pela entrada e saída de

conselheiros, demanda tempo para que os novos integrantes conheçam a dinâmica do Conselho e possam avaliar sua disponibilidade para assumir funções. Destacou, por fim, que, embora seja suplente e não possa votar ou ser votada, considera importante contribuir com as discussões. Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): Informou que está retornando ao COPED em razão do afastamento da conselheira Masé, por questões eleitorais, e que tem se esforçado para participar das atividades do Conselho, considerando a relevância das pautas e a responsabilidade de sua atuação. Manifestou concordância com as ponderações da conselheira Wanderli quanto à eleição da Mesa Diretora, destacando que se trata de um processo eleitoral que requer reflexão sobre a manutenção ou mudança da atual composição. Sugeriu avaliar a possibilidade de postergar a eleição para outubro ou realizar uma reunião extraordinária, considerando que não houve, até o momento, amplo debate com a sociedade civil sobre o tema. Ressaltou que, diante do atual contexto e das mudanças na composição do Conselho, um período adicional poderia permitir maior conhecimento entre os novos integrantes e melhor preparação para o processo eleitoral, considerando que o adiamento, em determinadas circunstâncias, pode ser benéfico. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Contextualizou que a pauta sobre a eleição da Mesa Diretora já foi incluída nas reuniões de julho, agosto e setembro, esclarecendo que, em geral, o processo ocorre em reunião da sociedade civil, sem necessidade de procedimento eleitoral formal. Sugeriu a retomada das reuniões da sociedade civil antes das reuniões do Conselho, visando alinhar pautas, posicionamentos e votações, bem como fortalecer o diálogo entre os representantes. Informou que existe rotatividade na Mesa Diretora, porém as demandas da sociedade civil têm dificultado sua efetivação, considerando o elevado compromisso assumido pelos conselheiros. Ressaltou a necessidade de renovação e compartilhamento das responsabilidades, destacando a importância do bem-estar dos integrantes e da participação de novos ativistas. Informou que, caso nenhum conselheiro manifeste interesse em assumir a Mesa, poderá ser avaliada a recomposição da atual composição ou a realização de reunião extraordinária para

Publicado no Diário Oficial Nº 12.246 no dia 14/10/2026

tratar do tema. Por fim, destacou que cabe ao Pleno deliberar sobre a questão e reforçou que a atuação em direitos humanos deve priorizar o diálogo e a construção conjunta, e não o embate permanente com o Governo. Conselheiro Joaquim Pacheco de Lima (Centro de Direitos Humanos de Londrina): Sugeriu o adiamento da eleição da Mesa Diretora, considerando a falta de articulação da sociedade civil sobre o tema. Defendeu a realização de uma reunião da sociedade civil para discutir a questão de forma mais aprofundada e construir uma posição melhor articulada, a ser apresentada na próxima reunião do Conselho. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Destacou a necessidade de maior articulação entre os conselheiros, especialmente diante da entrada de novos integrantes. Ressaltou que a pauta sobre a eleição da Mesa Diretora já foi discutida em três oportunidades e que a postergação somente será efetiva se houver condições para que a sociedade civil se reúna, debata e defina os nomes. Considerou as dificuldades de conciliação das agendas dos conselheiros, que também participam de outros conselhos e espaços de representação, e reforçou a importância da participação e do comprometimento dos integrantes para garantir o funcionamento e o avanço das atividades do Conselho. Conselheiro Aurélio Munhoz (AMP): Destacou a possibilidade de recondução da conselheira Bruna, considerando sua atuação democrática, sóbria e serena à frente do Conselho, embora reconheça suas limitações de tempo e demais compromissos. Ressaltou a importância de garantir espaço para manifestação dos conselheiros antes da definição da Mesa Diretora e destacou que a participação na Mesa exige conhecimento técnico, experiência de militância e atuação no movimento social. Considerou ainda necessário observar a disponibilidade de tempo dos candidatos, diante das demandas e responsabilidades do Conselho, defendendo que esses critérios sejam considerados na escolha da Mesa Diretora. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Consultou os conselheiros presentes sobre eventual interesse em se manifestarem acerca da definição da Mesa Diretora. Conselheira Bruna Marcelly Coutinho (Grupo União Pela Vida Umuarama): Sugeriu que a reunião da sociedade civil já seja agendada e alinhada nesta data, considerando a necessidade de discussão sobre a Mesa Diretora. Ressaltou que,

caso a reunião seja realizada sem a participação dos conselheiros, deverá ser considerado esse entendimento, manifestando concordância com o encaminhamento proposto. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Propôs que a sociedade civil realize uma reunião específica para discutir a eleição da Mesa Diretora e fortalecer a articulação entre os conselheiros. Sugeriu que a definição da data seja realizada por meio do grupo de WhatsApp, com a realização de uma enquete para identificar a disponibilidade dos participantes, mencionando inicialmente os dias 9, 11 e quarta-feira como possibilidades. Reforçou a necessidade de se estabelecer um encaminhamento objetivo para a realização da reunião. Conselheiro Joaquim Pacheco de Lima (Centro de Direitos Humanos de Londrina) **:** Manifestou disponibilidade para participar da reunião na sexta-feira e ressaltou que se trata de uma reunião da sociedade civil, destinada ao alinhamento entre os conselheiros. Concordou com os critérios apresentados pelo conselheiro Aurélio e destacou a importância de garantir maior efetividade ao Conselho. Indicou o dia 9 como possibilidade, condicionada à definição do local, e sugeriu que as opções sejam discutidas no grupo para que se estabeleça uma data de consenso. Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): Sugeriu que a reunião da sociedade civil seja realizada na semana seguinte, considerando a agenda de atividades em Curitiba nesta semana. Propôs os dias 15 ou 16 de setembro, de modo a proporcionar aos conselheiros um prazo adicional de aproximadamente 10 a 15 dias para organização e articulação. Conselheira Bruna Ravena (Casa de Malhu): Manifestou compreensão quanto às agendas dos conselheiros e destacou a importância de conciliar as atividades do Conselho com a necessidade de descanso e vida pessoal. Ressaltou a importância do diálogo entre os integrantes da sociedade civil, especialmente diante da entrada de novos membros, propondo que a discussão sobre a Mesa Diretora prossiga no grupo de WhatsApp para definição conjunta. Declarou estar disponível para eventual recondução, mas também afirmou que respeitará qualquer decisão do Conselho, destacando que continuará atuando na defesa dos direitos humanos independentemente de ocupar a presidência. Na sequência, solicitou à conselheira

Elza Maria Campos que conduzisse o relato das comissões, com a apresentação das respectivas pautas pelos coordenadores, informando que precisaria se ausentar brevemente. Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): Deu continuidade à pauta, informando que a discussão sobre a eleição da Mesa Diretora será encaminhada no grupo da sociedade civil para definição de uma reunião específica. Na sequência, iniciou o relato das comissões, passando à Comissão de Denúncias, com foco nas denúncias envolvendo a população vulnerável e a pessoa idosa. Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): Informou que o primeiro item da pauta trata de protocolo encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB, referente a uma intervenção da Polícia Militar no bairro Parolin, na qual um adolescente de 16 anos teria sido alvejado e, segundo testemunhas, ameaçado de morte por um dos policiais. Diante da gravidade dos fatos e da ausência de elementos probatórios suficientes, apresentou parecer favorável ao encaminhamento de ofício ao Comando-Geral da Polícia Militar, solicitando informações sobre o ocorrido. Ressaltou que o documento encaminhado pela OAB contém a numeração das viaturas envolvidas, possibilitando a identificação dos policiais. Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): Questionou se o caso já havia chegado ao conhecimento do Ministério Público e levantou questionamentos acerca da Defensoria Pública. Relatou preocupação com as famílias de jovens, especialmente homens moradores de regiões periféricas, vítimas de ações letais da Polícia Militar, destacando que, após a criação de um serviço de defesa da Polícia Militar, essas famílias estariam enfrentando dificuldades de acesso à assistência da Defensoria Pública, permanecendo sem apoio e sem perspectiva de solução para os casos. Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR)**:** informou que a Defensoria Pública e o Ministério Público já haviam sido oficiados pela OAB/PR acerca da situação apresentada. Ressaltou, ainda, que os ofícios encaminhados pelo COPED possuem maior força institucional e, por essa razão, tendem a receber respostas com maior agilidade. Explicou que, em algumas situações, há a necessidade de reiterar ou reforçar ofícios já encaminhados por outras instituições, com o objetivo de dar maior visibilidade à

demanda, registrar a atuação do Conselho e solicitar informações e providências para o encaminhamento da situação. Com a palavra, a Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): questionou ao Conselheiro Andrey Salmazo Poubel se, diante da situação apresentada, seria o caso de o COPED também oficiar o Ministério Público e a Defensoria Pública. Com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): manifestou concordância com o encaminhamento da matéria, propondo que o COPED também oficiasse o Ministério Público e a Defensoria Pública para solicitação de informações. Após consulta aos demais conselheiros, a proposta foi **aprovada por unanimidade**, ficando deliberado o encaminhamento dos respectivos ofícios aos órgãos mencionados. Ainda com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): relatou notícia veiculada pelo jornal *Plural* acerca da existência de perfil em rede social que estaria divulgando imagens de pessoas presas, algemadas e supostamente agredidas, bem como de grupos em aplicativos de mensagens que cobrariam pelo acesso às referidas imagens. Informou que, conforme a reportagem, haveria, em tese, envolvimento de policiais militares nas publicações. Diante da gravidade dos fatos, apresentou parecer da Comissão pela expedição de ofícios à Corregedoria-Geral da Polícia Militar do Paraná, ao Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná, à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná e à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, solicitando informações sobre a apuração dos fatos, a eventual participação de integrantes da corporação, as medidas preventivas e disciplinares adotadas, as providências institucionais tomadas e a existência de eventuais investigações em curso. Ressaltou, ainda, a ausência de resposta aos questionamentos encaminhados pelo portal *Plural* e submeteu a proposta à apreciação do Conselho. Com a palavra, a Conselheira Elza Maria Campos (União Brasileira de Mulheres – UBM): questionou ao Conselheiro Andrey Salmazo Poubel sobre a possibilidade de encaminhamento do caso ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, considerando a gravidade dos fatos relatados, ou se seria mais adequado aguardar o posicionamento das entidades e dos órgãos que receberão os ofícios, para posterior avaliação quanto às

providências cabíveis. Com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): em resposta ao questionamento da Conselheira Elza Maria Campos, considerou pertinente que, inicialmente, fossem solicitadas informações aos quatro órgãos indicados e, posteriormente, caso necessário, o expediente fosse encaminhado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, tendo em vista que este poderia solicitar informações aos mesmos órgãos. Submetida a proposta à discussão, foi **aprovada por unanimidade** a expedição dos quatro ofícios e, posteriormente, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. Ainda com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): apresentou o terceiro item, referente a expediente encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB Paraná, acerca de óbito ocorrido nas dependências da Cadeia Pública de Curitiba. Relatou a existência de divergência entre o laudo médico e as informações decorrentes de procedimento realizado pelo DEPPEN, especialmente quanto à ausência de medicamentos para a pessoa privada de liberdade. Diante da divergência apontada, apresentou parecer pela expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Paraná, com atribuição relacionada à Corregedoria dos Presídios, para que informe sobre a existência de procedimentos investigatórios em curso acerca do óbito e preste esclarecimentos quanto à compatibilidade entre as conclusões do procedimento administrativo realizado pelo DEPPEN e a causa da morte apurada pericialmente, bem como sobre eventual instauração de procedimento em razão da divergência identificada. Após discussão, o encaminhamento foi aprovado. Na sequência, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): apresentou o quarto item, referente a expediente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Paraná, que noticia possível violação de direitos humanos relacionada a morte decorrente de ação policial. Informou que o caso, envolvendo **Aurélio Martins Jr.**, já havia sido anteriormente encaminhado ao COPED, tendo sido objeto de deliberações e providências por parte do Conselho. Diante da existência de protocolo e de deliberações anteriores sobre o caso, apresentou parecer pelo encaminhamento de ofício à Comissão de Direitos Humanos da OAB Paraná, informando as medidas já adotadas pelo COPED, e,

posteriormente, pelo arquivamento do novo protocolo, em razão da existência de procedimento anterior sobre a mesma matéria. Com a palavra, a Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS)**:** questionou acerca dos procedimentos anteriormente adotados pelo COPED em relação ao caso, indagando se houve algum retorno ou resposta aos encaminhamentos realizados pelo Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): informou que, até o momento, acredita não ter havido retorno dos órgãos oficiados em relação aos procedimentos anteriormente adotados pelo COPED. Esclareceu que, conforme discutido em reunião, os protocolos retornam à Comissão e ao COPED sempre que houver resposta dos órgãos ou quando houver demora no recebimento, para que sejam avaliadas novas deliberações e providências. Diante disso, solicitou à Secretaria que verifique a existência de respostas aos ofícios anteriormente encaminhados e, havendo ou não retorno, que o protocolo seja devolvido à Comissão para análise e deliberação. Ressaltou, ainda, a necessidade de informar a OAB/PR acerca das providências já adotadas pelo COPED. Com a palavra, a Conselheira Wanderli Machado (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS): solicitou que, caso ainda não tenha sido recebida resposta ao pedido de informações anteriormente encaminhado, considerando que o COPED foi novamente demandado sobre a mesma questão, o retorno à OAB/PR seja realizado informando que a denúncia já havia sido recebida pelo Conselho, que as medidas cabíveis foram adotadas e que os encaminhamentos foram reiterados em razão da nova denúncia apresentada. Com a palavra, o Conselheiro Andrey Salmazo Poubel (OAB/PR): acolheu a sugestão apresentada pela Conselheira Wanderli Machado, propondo que a Secretaria encaminhe o protocolo com as informações e respostas eventualmente recebidas pelos órgãos oficiados. Informou que, caso já tenha sido recebida alguma resposta, esta será encaminhada à OAB/PR. Na ausência de retorno, serão reiterados os ofícios anteriormente expedidos, com a devida comunicação à OAB/PR acerca da reiteração dos encaminhamentos.